

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2007:** _____

---Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano dois mil e sete, nesta cidade de Esposende e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelo Primeiro Secretário da Mesa, Manuel Fernando Torres Arezes. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

João Maria de Sousa Nunes da Silva,
António Maranhão Peixoto,
Orlando Martins Capitão,
Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes,
Manuel Sérgio Miranda Zão,
Carlos Manuel Vasco Afonso Novo,
José Manuel Neiva da Cruz,
António Veiga de Araújo,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
António Manuel Rossas Pereira,
António Pilar Ferreira,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
António Luís Faria da Costa Ribeiro,
José Luís da Silva Ribeiro;
António Viana da Cruz,
Emílio Moreira dos Santos Dias,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
José Artur Saraiva Marinho,
António Vendeiro Catarino,
António Benjamim da Costa Pereira,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
António Manuel Amorim dos Santos em substituição de Abílio Cepa Cerqueira,
José Maria Losa Esteves,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
António Carlos Vieira da Silva

---Sendo dezassete horas e vinte minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta. -----

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos: _____

Emídio Real de Moraes, e;
Luís Manuel Areia Loureiro Basto,

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

Interveio Albino Neiva, cuja intervenção vai a seguir ser transcrita:

“Durante estes dias temos ouvido, atentamente, os diferentes balanços que os Partidos da Oposição fazem acerca dos dois últimos anos de actividade deste Executivo Municipal. Estas opiniões, representado, naturalmente, uma pequena faixa do eleitorado esposendense, por regra, vêm tudo a preto e branco, raramente distinguem até o cinzento que, às vezes, proporciona efeitos agradáveis. É pena que, fruto de um certo daltonismo político, os mesmos analistas não consigam ver nada de positivo no que se tem feito. Contrariamente a grande maioria dos esposendenses congratulam-se - e fazem questão de o expressar publicamente, com o bom desempenho da maioria que suporta o Executivo Municipal.

Sabemos e temos consciência que ainda não foi feito tudo o que desejávamos para o nosso concelho. Conhecemos as limitações e as contrariedades à acção do governo municipal mormente quando o Poder Central age de uma forma autista, centralizadora, pouco dialogante, pouco cumpridora de promessas e, acima de tudo, perturbadora da paz social que todos desejamos.

Também se nos afigura difícil governar localmente quando a população está descontente e mesmo zangada com os senhores do governo central que usam e abusam de meios pouco ortodoxos, em democracia, para obstar a que seja usado o direito à indignação.

Mesmo assim, e contrariando este "Status quo", chega-nos o eco de que no concelho de Esposende se age de forma bem diferente.

Façamos uma análise, embora não muito detalhada porque, se assim fosse, prender-vos-ia aqui muitas horas, sobre estes dois anos de mandato municipal. Podem, caso o queiram sintonizar o canal a cores.

Comecemos pela Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres.

Esposende integra, e bem, a Associação Internacional das Cidades Educadoras e, por isso, a esta vertente tem dado uma especial atenção. Realizaram-se, com muita participação, Fóruns de Educação nos quais se debateram questões sobre a política educativa, levando-se a efeito inúmeras acções sobre esta matéria envolvendo a quase totalidade dos intervenientes no processo educativo.

Remodelaram-se edifícios escolares, dignificando a acção do Ensino/aprendizagem, nomeadamente em Fão, Palmeira de Faro, Fonte Boa, Vila Chã, Marinhas, etc; Inaugurou-se, oficialmente a Escola Básica 2 e 3 de Marinhas; Lançou-se o concurso para o Centro Educativo de Esposende; Promoveu-se o Programa do Ensino de Inglês nas Escolas do Ensino Básico do concelho; Realizaram-se Exposições de grande impacto cultural, por exemplo, a que ainda pode ser visitada sobre o Arquitecto Ventura Terra; Promoveram-se Seminários e Colóquios e refiro-me, entre vários, ao do Bicentenário do Nascimento de António Rodrigues Sampaio, àquele que versou o tema Turismo e Arqueologia, o outro que incidiu sobre a Educação e a Leitura. Criaram-se Bibliotecas Escolares; Foi apoiada a requalificação do Edifício dos Socorros a Náufragos tendo em vista a criação de um núcleo museológico dedicado ao mar;

No Desporto, para além dos diversos apoios aos organismos concelhios, promoveram-se iniciativas de grande impacto regional e mesmo nacional como os Encontros Luso-Galaicos de BTT, com centenas de participantes, o Rally Cidade de Esposende, o apoio e incentivo para que um Esposendense transporte o nome do nosso Concelho na mais mediática prova a nível mundial que é o Lisboa - Dakar; Apoiaram-se melhorias em recintos desportivos e construção de novos.

Também o bem-estar da população mereceu do nosso Executivo Municipal uma atenção especial.

Fizeram-se arranjos urbanísticos de muita qualidade que, sem dúvida, nos proporcionam uma melhor qualidade de vida - o Arranjo da Ribeira Esposendense, a Requalificação Urbana da Frente da Praia de Apúlia, a Requalificação do Mercado Municipal, a Requalificação Urbana da Zona Central de Forjães. Inaugurou-se a Central de Camionagem de Esposende. Fez-se Habitação Social em Antas e Vila Chã.

Melhoraram-se algumas acessibilidades nomeadamente a beneficiação da Estrada de S. Lourenço, a Variante de Marinhas. Continuou-se, através da Esposende Ambiente, a levar aos municípios água e saneamento de qualidade.

Mas este Executivo trabalhou afinadamente na Rede Social do Concelho dando-lhe um sentido verdadeiramente social. Apoiou os Idosos e as Instituições que trabalham nessa valência. Apoiou os Jovens proporcionando-lhes um espaço - referimo-nos à Casa da Juventude - onde se tem discutido diversos e diferentes temas e realizado acções para formação dos mais jovens.

Porque Esposende é um Privilégio da Natureza o Executivo procurou elaborar o Plano Estratégico Turístico de Esposende para que possa definir as prioridades e, naturalmente, elegendo o Turismo como sector importante na economia do concelho. Animaram-se as ruas, produziram-se os Sons de Verão e a Música na Praça.

Temos consciência de que o que acabamos de elencar é uma ínfima parte da acção que o Executivo Municipal levou a efeito neste últimos dois anos, por isso peço ao Sr. Presidente da Câmara que me releve as omissões.

Bem sabemos que a memória dos Homens é curta e é por isso que a grande maioria dos governantes escolhe a segunda parte do seu mandato - por norma coincidente com a agenda

eleitoral - para concretizar o seu programa eleitoral. Felizmente em Esposende passa-se o contrário. Trabalha-se por Esposende e para os Esposendenses ao longo de todo o mandato. Passando um olhar atento a tudo o que se fez neste concelho nos últimos dois anos, e peço-vos um pequeno exercício para abandonarem por momentos a capa político-partidária, julgamos estar no caminho certo em direcção ao desenvolvimento sustentado do nosso concelho. O que já se fez é suficiente para que acreditemos que este Executivo Municipal, com o apoio desta Assembleia Municipal, só quer o melhor para Esposende.

Desta tribuna felicitamos, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, o Executivo Municipal pelo excelente trabalho desenvolvido e, só isso, já é o bastante para que acreditemos que os dois próximos anos vão ser ainda mais prósperos em realizações.

Porque olhar o passado e viver o presente é a melhor forma de entender o futuro, desde já adiantamos que, na devida altura, o Grupo Político do PSD vai dar o seu voto favorável ao Plano Plurianual de Investimentos, ao Plano de Actividades Municipal assim como ao Orçamento de Receita e de Despesa da Câmara Municipal para o Ano de 2008.

Aproveitamos ainda para, em nome pessoal e do Grupo Político do PSD, desejar a todos um Santo Natal e um Ano de 2008 cheio de Alegrias.

Intervieo seguidamente José Felgueiras, cuja intervenção vai a seguir ser transcrita:

“Gostaria aqui de fazer uma pequena intervenção no sentido de relembrar á edilidade, na pessoa do seu Presidente, que, aguardando talvez melhor oportunidade para serem tratados, há alguns problemas de fundo que precisam de ser encarados resolutamente.

Não venho trazer aqui, nem agora, nada que já não tivesse sido abordado com o Sr. Presidente da Câmara na realidade, V^a. Ex^a. está perfeitamente sintonizado connosco, nas grandes ambições para a minha terra.

A chamada parte Sul, precisa urgentemente de ser revitalizada. Já foram objectivadas as soluções para que esta zona venha a atingir o movimento que já teve, quando tinha o Colégio Infante de Sagres a funcionar e as repartições públicas nas imediações da Câmara.

Esposende não tem um centro cívico, e o que existiu, fragmentou-se por várias zonas , qual delas a mais distante do epicentro, que era a área da Câmara.

A implantação da Loja do Cidadão, da agora chamada 2^a geração, no Largo Tomás de Miranda, ou nas suas imediações, seria ouro sobre azul e o arranque para que toda a zona fosse rapidamente transformada, potenciando eficazmente a modernidade do município;

O estado da zona das chamadas “Garagens” do Bairro Sudeste não é compatível com as profundas transformações que tem havido naquela área. Sou testemunha e sei que este problema o aflige, e que não é fácil de resolver, visto que a pulverização da propriedade /garagens, torna a solução difícil. Porém, creio que a mesma se agravará, se o problema não for enfrentado com determinação, ouvindo os interessados, e procurando uma solução. Desde já me disponibilizo para o que entender por bem, para definitivamente, tornar digna aquela urbanização.

A Câmara Municipal tem um “front-office” de excelência! Não é preciso as Empresas de Certificação o comprovarem. Nós, cidadãos, também temos essa percepção!

Mas a retaguarda também é excelente. Quero aqui referir-me, mais concretamente, ao funcionamento do Arquivo Histórico Municipal e ás pessoas que lá trabalham, nem sempre nas melhores condições de atendimento, diga-se. São profissionais muito competentes que a todas as solicitações dão solução de uma forma rápida e precisa, sempre amáveis, mas como

disse, com poucos meios e instalações incompatíveis. Tanto esses funcionários, como quem lá vai para fazer pesquisa, não encontram as melhores condições para desenvolverem o seu trabalho. Falo com conhecimento de causa e atrevo-me a rogar-lhe ou a pedir-lhe, Senhor Presidente, que não deixe cair a ideia – que é sua – de construir um Arquivo de Raiz, pois, a nível cultural, que me perdoem se estou a ser injusto, ou exagerado, a recuperação do espólio que faz parte do actual, foi, até agora e para mim, um dos actos mais marcantes de entre os que até hoje se assinalaram neste campo.

Senhor Presidente;

Fiz um pedido, agora faço uma sugestão, aproveitando para lembrar o excelente trabalho que o meu ilustre amigo e deputado desta Assembleia Dr. Albino Neiva, está a publicar no “Farol de Esposende”, e que tem um interesse extraordinário para a historia toponímia de Esposende Vila/hoje Cidade. Sugiro que os serviços respectivos actualizem os seus ficheiros, a fim de evitar a confusão, que é total, quando se pede à Junta que certifique que determinado prédio está implantado na Rua “x”, que antigamente se chamou Rua tal... Ora, a Junta não tem elementos que possam atestar a veracidade do requerido, a não ser o recurso aos conhecimentos pessoais do Presidente da Junta, que muitas vezes tem dúvidas. Era bom que se arranjasse aqui uma plataforma de entendimento e se possível até com a participação das Finanças... que é quem deveria, em minha opinião, ter esse assunto devidamente em dia. Devia fazer-se uma espécie de manual, que seria consultado para o efeito, sempre que necessário!

Os utentes têm que ser bem tratados e não podem andar de Anaz para Caifaz... Estou pronto a colaborar numa solução concreta, que satisfaça todas as partes.

Gostaria também de lembrar a V^a. Ex^a. e a fim de afastar alguns rumores, desconstruídos, que por aí andam a circular, que não encontrará Vossa Ex^a. eco nesta Junta da Freguesia de Esposende e muito menos no seu Presidente, se alguma vez o edifício do Estaleiro for destinado ou tiver outro fim, que não seja aquele para que foi criado. Pode-se e deve-se estudar soluções de parceria, mas nunca fora do âmbito dos construtores e de utilizadores navais.

Fazer o contrário, Senhor Presidente, o que eu não creio, seria negar todo o esforço que V^a. Ex^a. tem feito para que a barra , o rio e as docas sejam intervencionados...

Esposende, há anos que devia ter um Clube Náutico virado para a prática do remo e da vela, modalidades com profundas tradições no meio esposendense. Não tem sido possível criá-lo, por falta de instalações... que, afinal, até também poderiam ter ali o seu cantinho. O edifício e a área envolvente, dá para um construtor naval, para construção de barcos novos, para reparação dos barcos dos pescadores, dos do Forum, dos barcos de recreio... daí, eu achar, muito sinceramente, que o Senhor Presidente e a sua Edilidade não devem abrir mão.... para outros fins que não sejam estes.

Para terminar, uma pergunta directa carregada de alguma ansiedade: para quando o resultado do estudo do IPCA, sobre o Turismo?

Muito obrigado.

Tenho dito!”

De seguida interveio Orlando capitão, cuja intervenção vai ser de seguida transcrita:

“Quando há dias cheguei a Esposende, entrando pela Avenida Marginal, reparei que grande parte da areia que havia reforçado a restinga, já lá não estava. As marés vivas não terão tido dificuldade em espalhá-la ou levá-la para outro sítio.

Aquele amontoado de areia não tinha, naturalmente, raízes nem alicerces, que lhe permitissem oferecer resistência à força do mar.

Quis ver o que estaria a passar-se na praia de Rio de Moinhos e em Mar (aqui já não falo em praia, porque em Mar já nem praia existe).

Em Rio de Moinhos, nos limites entre Mar e Marinhas, a duna, que teve considerável corpulência, acha-se reduzida a uma fina “língua” de areia, sujeita a desaparecer e a colocar os campos à mercê das ondas o mar.

Em S. Bartolomeu do Mar, a situação é muito mais grave. Aí, há vidas em risco. Na maré-cheia as ondas quebram sobre umas pedras encostadas ao ponto onde se encontram as casas. Duvido que os alicerces das casas desçam abaixo do nível onde batem as ondas, uma vez que essas casas foram construídas no cimo das dunas, bastante acima do nível da praia que lá existiu.

A força do mar é bem capaz de retirar a areia, porventura, existente entre as pedras que lá estão e também a que rodeia e se encontra debaixo dos alicerces das casas.

Uma tragédia pode estar iminente. E quando uma tragédia acontece, ninguém quer assumir a responsabilidade. A culpa é sempre dos outros.

Solicito ao Senhor Presidente da Câmara que procure levar lá o senhor Ministro do Ambiente, se possível, a uma hora de maré-cheia (não digo praia mar, porque praia, naquele sítio, já não existe).”

Intervenção seguida de Manuel Carvoeiro, cuja intervenção vai ser transcrita:

“O Dr. Neiva até parecia o Sr. Primeiro Ministro, Eng.º Sócrates nos debates da Nação, onde liga sempre para o canal a cores.

Esta Assembleia Municipal aprovou, por maioria, uma recomendação à Câmara Municipal para que o “Novo Centro Escolar da freguesia de Esposende contemplasse a Educação Pré-escolar inserida na rede pública oficial”. Não obstante a referida recomendação ter sido apresentada pela CDU, ao ser aprovada passou a ser desta Assembleia. No entanto, a Câmara de maioria PSD “fez orelhas moucas” não atendendo à recomendação deste Órgão magno do Município de Esposende. De resto, esta é uma prática usual do Executivo Camarário, atitude demonstrativa da falta de respeito para com a Assembleia Municipal. É evidente que a Câmara pode não atender as recomendações aqui aprovadas, no entanto, no mínimo, à luz do princípio da cooperação institucional, deveria dirigir-se a este Órgão justificando as suas opções, o que não aconteceu. Ora, tal comportamento merece a nossa condenação política, mais ainda, quando todos sabemos que, há bem pouco tempo, a Câmara Municipal, designadamente alguns dos seus titulares tanto falaram da necessidade de respeitar esta Assembleia.

Ademais, reafirmamos que a Câmara ao não contemplar a educação pré-escolar no novo Centro Educativo da freguesia de Esposende está a cometer um gravíssimo erro. Tratando-se de uma construção de raiz era, agora, o tempo de colmatar uma lacuna há muitos anos sentida nesta cidade. O PSD, nesta matéria, terá que assumir as suas responsabilidades.

No dia da inauguração do arranjo urbanístico da marginal ouvi o Sr. Presidente da Câmara a qualificar aquela obra de oásis. Foi feliz na expressão utilizada, porquanto olhando à volta,

ainda há muito deserto!!! Vejamos: Na proximidade do oásis pontifica um Posto de Turismo, qual pardieiro, sem o mínimo de condições de habitabilidade e adequabilidade funcional. O pequeno auditório existente neste edifício constitui um atentado à saúde de quem, talvez por desconhecimento, ainda o utiliza. É um espaço votado ao abandono, sem conservação, sujo, húmido e a cheirar a mofo. Numa sessão que lá aconteceu, há alguns meses, no âmbito da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ), alguns dos presentes não aguentaram mais do que 1 hora, tão intensos foram os ataques de tosse que os acometeram. Lamento dizê-lo, mas aquele edifício envergonha Esposende. Ora, tudo isto se torna mais evidente, quando, ao lado, temos o tal oásis. Mas não ficamos por aqui. Olhemos para o Auditório Municipal. Trata-se de um espaço, objectivamente, sem condições de segurança e sem condições para a realização de espectáculos. Ouvi até dizer que está interdita a sua utilização para a realização de qualquer actividade. Há muitos anos que expirou o “prazo de validade deste edifício”. Nos dias que passam, a sede do concelho não possui um espaço digno para a realização de eventos e actividades culturais. Outros concelhos deram o salto e nós ficámos para trás. Vejam o exemplo de Vila Nova de Famalicão com uma Casa das Artes que rivaliza com o Porto e Braga em termos de agenda cultural. Mas muitos mais exemplos poderíamos apontar. Dirão que esta posição é inoportuna porque, agora sim, vão construir o 2.º oásis (o Centro de Artes e Espectáculos). Certo. Mais vale tarde do que nunca. No entanto, estas opções denotam a falta de rumo da Câmara Municipal. Explico: Construíram a Casa da Juventude onde inseriram a Escola de Música, mas esqueceram-se de lá inserir um auditório, que é, sempre, um espaço imprescindível numa escola de formação musical. Nas audições e concertos, os alunos, professores e funcionários têm que andar com os instrumentos às costas transportando-os para o auditório municipal sem condições, espaço sem condições. Então porque não pensaram erigir, de raiz, um Centro Cultural que contemplasse a Escola de Música, auditórios, biblioteca, arquivos municipais? Porquê esta lógica ao sabor de impulsos casuísticos, desgarrados e sem rumo? Uma coisa é certa: fazer estas obras, de forma descontínua, onera muito mais o Município.

Fala-se no Centro de Educação Ambiental na Quinta do Paiva. Concordo. Mas, porque não se vai mais além e se avança com um Centro de Ciência Viva, onde as crianças e jovens possam aprofundar conhecimentos no âmbito das ciências experimentais?

Digo tudo isto, porque tenho a convicção que um concelho que persista, na passagem dos anos, culturalmente entanguido, jamais rasgará os caminhos do futuro. Pode ter uns assomos, traduzidos na realização de algumas actividades, por vezes, interessantes. No entanto, emerge uma visão de futuro, um trabalho regular e sustentado que não é possível realizar com alguns contextos de “deserto” que existem contíguos ao “oásis” desta cidade.”

Ainda no período de antes da ordem do dia foi apresentado e subscrito por todos os grupos parlamentares, um voto de saudação à população do Município de Esposende desejando Boas Festas de Natal e um ano de 2008 muito feliz, voto este que foi aprovado por unanimidade. ----

Findo o período de antes da ordem do dia ausentou-se definitivamente da sessão Albino Neiva, cuja falta foi por todos considerada justificada. -----

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____
Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, _____

No período da discussão do presente assunto interveio Orlando Capitão, cuja intervenção vai ser de seguida transcrita:

“Da informação escrita do senhor Presidente da Câmara não resisto a destacar um ponto da carta dirigida pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos ao Conselho de Administração de Águas do Cávado, S. A.

Diz-se que “o volume de água para consumo público que cada município utilizador se propôs adquirir à concessionária foi fixado com referência a um valor mínimo e a um valor máximo” e mais adiante que, nos termos do contrato de concessão, “relativamente ao consumo efectivo do município utilizador, quando este seja, em cada ano, inferior ao mínimo fixo ..., a facturação do mês de Janeiro seguinte será acrescida da importância necessária para perfazer o pagamento total anual mínimo estabelecido”.

Daqui resulta que pode acontecer que um município tenha de pagar à empresa Águas do Cávado, S. A. água que não utilizou nem forneceu aos seus munícipes.

Dessa carta consta um mapa mostrando que seis municípios (Barcelos, Maia, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Vila do Conde e Famalicão), deviam em 31 de Dezembro de 2006, de água que não utilizaram e respectivos juros, 13.773.778 euros. Felizmente que Esposende não está neste grupo. Mas, não poderá cair na mesma situação? Será preciso estar alerta.

É inacreditável que isto aconteça com os municípios quando o consumo mínimo foi já abolido em relação aos particulares.

A Câmara Municipal de Esposende ainda concorda com contratos deste tipo?

Sobre a listagem de empreitadas em curso, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse qual a diferença de uma empreitada estar concluída e outra se encontrar executada a 100%.

Com esta última indicação constam apenas duas: a Construção do Centro Cívico de Mar e a Instalação Eléctrica na Zona Desportiva de Marinhas.

Admitia que estas empreitadas não fossem dadas por concluídas por não estarem integralmente pagas, por não terem decorrido prazos de garantia ou por qualquer outro motivo. Mas talvez não seja isso, dado que para o ano de 2008 consta uma dotação para o Centro Cívico de Mar, quando não encontro dotação alguma para a Instalação Eléctrica na Zona Desportiva de Marinhas.”

Seguidamente interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal prestando um conjunto de esclarecimentos relativamente às questões entretanto colocadas.

Posteriormente, e a pedido do senhor Presidente da Câmara, interveio a senhora Vereadora Dra. Emília Vilarinho que prestou esclarecimentos sobre a rede de educação pré-escolar no Município de Esposende. -----

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos: -----

03.01 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2007 – PARA APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e um de Junho e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE JUNHO DE 2007.

Verificou-se um voto contra e quatro abstenções, estas por, conforme declararam, não terem estado presentes. -----

03.02 – ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2007 – PARA APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da última sessão deste órgão, realizada no passado dia quinze de Outubro e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA APROVAR A ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO.

Verificou-se uma abstenção por, conforme declarou, não ter estado presente. -----

04 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida.-----

Entre a correspondência recebida encontrava-se uma proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, tendo, a este propósito, o senhor Presidente da Câmara Municipal solicitado que, até ao final do mês de Janeiro do próximo ano, os senhores deputados dessem os seus contributos para a eventual melhoria desta proposta. -----

05 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL – PARA CONHECIMENTO -----

Foi presente na Sessão despacho n.º 3/NOV/2007 do Sr. Presidente da Câmara que aprova a alteração orçamental resultante da introdução de uma nova rubrica, cujo teor aqui se dá como transcrito, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

06 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2008 – PROPOSTA. -----

De harmonia com deliberação do órgão executivo municipal, tomada em reunião realizada no passado dia treze de Dezembro foram presentes as propostas de plano plurianual de investimentos, plano de actividades municipal e orçamento da receita e da despesa da Câmara Municipal para o ano de dois mil e oito, cujo teor aqui se dá como transcrito, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação dos documentos, manifestando de imediato a sua disponibilidade para prestar os esclarecimentos que fossem tidos por convenientes.

Interveio seguidamente João Nunes, cuja intervenção vai de seguida ser transcrita:

“Um Orçamento, que deve ser elaborado com critérios de rigor financeiro, de eficácia, de eficiência, de equilíbrio e transparência, é um documento que marca um dos principais, senão mesmo, o principal momento de vida de qualquer instituição, sendo por isso um importantíssimo instrumento de apoio em qualquer sistema de gestão.

Ao tomar conhecimento da deliberação do Órgão Executivo, em relação aos Documentos Previsionais para 2008, não posso deixar de manifestar publicamente o meu desagrado, quanto à escapatória da “oposição” que se absteve de ser oposição, recorrendo à abstenção, sem apontar qualquer fundamento para essa decisão.

Entendo que quem diz que tem uma “espécie de ambição”, de ser algum dia, poder neste Concelho, não pode, nem deve, voluntariamente silenciar-se, e muito menos escudar-se na estafada falta de tempo para analisar aqueles documentos. A isso chama-se, “a oportunidade falhada”.

Votar “sim”, votar “não” ou “abster-se”, corresponde à decisão que cada um escolhe, espontaneamente ou não, mas... um Orçamento, exige das lideranças, uma entrega e uma frontalidade total, porque só assim é que se defendem os verdadeiros interesses do Concelho de Esposende.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, ao ler atentamente as actividades eleitas como objectivos a realizar em 2008, salvo uma ou outra novidade, a verdade é que, muito desses propósitos, já tinham sido seleccionados para o ano que agora finda, e, devido ao empolamento verificado neste Orçamento/08, há duas certezas desde já a apontar: A rotineira alteração orçamental a verificar-se lá para Setembro do ano que vem, e, a renovação para 2009 de muitíssimos objectivos apontados como realizáveis em 2008. Nada a que não estejamos já habituados.

Para lá dos acostumbrados apoios, às Instituições do Concelho, à conclusão de algumas obras, às festas e romarias, à requalificação urbana e paisagística deste e daquele lugar, para além dos frequentes planos, estudos e projectos, da realização de variadas actividades, dos apoios à Juntas de Freguesia, queria deixar alguns reparos e sugestões:

i)- As Corporações de Bombeiros do Concelho de Esposende, deveriam ter como apoio mínimo garantido a quantia de 50 mil euros para cada corporação; ii)- Deveria ser especificado como apoio garantido, uma verba anual para o Núcleo de Marinhas da Cruz Vermelha; iii) O Combate à Pobreza e Exclusão Social que para 2008 tem 100 mil euros em Orçamento, que seja uma realidade, isto é, que tenha execução a 100%, e se possível melhorar

ainda aquele valor. iv) – Seria bom, que fossem concluídos os Planos de Urbanização e de Pormenor, de Apúlia, Esposende, Fão e Forjães, em gaveta há cerca de uma dúzia de anos; v)- Seria simpático que até ao final deste mandato fosse construído o Fórum Municipal Rodrigues Sampaio; vi) – Para quando a conclusão do PDM? vii) – Será um erro, a nosso ver, construir o Centro de Acolhimento ao Visitante no edifício dos antigos Estaleiros. Há outros locais preferíveis, para aquele Centro, e melhor destino a dar aos antigos estaleiros. viii) – As Transferências para as Juntas de Freguesia, não deveriam soar apenas a uma promessa do género “vamos lá ver o que se consegue fazer”. Na nossa perspectiva o relacionamento com as Juntas de Freguesia, exigiria planos e objectivos claramente especificados e devidamente quantificados em euros.

Ainda bem que a Lei Eleitoral Autárquica vai isentar os Senhores Presidentes de Junta de votarem alguns documentos, tais como o Orçamento e os Planos de Actividade da Autarquia. Entre agradarem ao Partido ou defenderem os interesses dos seus “fregueses”, é evidente que advogam que os interesses destes devem estar sempre em primeiro lugar.

Diante de, uma mão cheia de promessas da Câmara Municipal, não há Presidente de Junta que hesite na escolha do seu sentido de voto, e por isso, a nossa compreensão, quando votam de forma diferente da do seu Partido.

Senhor Presidente da Câmara, apesar de o Orçamento 2008, ser inferior em 1,3M€ (um milhão e trezentos mil euros) em relação a 2007 e de ficar aquém em cerca de 2,4 M€ (dois milhões e quatrocentos mil euros) do apresentado em 2006, é seguro que mesmo assim, este Orçamento não é para cumprir.

Quanto a Investimentos que decrescem em relação às previsões do ano anterior, cerca de 12%, o que se lamenta, mesmo assim, a previsibilidade de execução nunca poderá ser muito elevada, porque também somos conhecedores da incapacidade da Autarquia de gerar receitas suficientes para tantas promessas e para tantas despesas correntes.

A Esposende Ambiente-Eamb, é que tem assegurado o seu generoso subsídio. São centenas de milhares de euros.

Aquele negócio com as Águas do Ave, que nos vai sair “ muito caro ” , a nós, aos nossos filhos e netos, ajudará a engordar financeiramente as Águas do Ave, S.A., que, como é do conhecimento geral, além dos mais de 25 milhões de euros que receberá da CME, ainda é co-financiada pelo Fundo de Coesão da União Europeia, com valores que rondam os 75% e os 85%, das despesas de Investimento a realizar no Concelho de Esposende.

Quanto ao Orçamento da Esposende Ambiente para 2008, queremos deixar um alerta para um facto, no mínimo preocupante, que deve merecer a melhor atenção da Câmara Municipal: 1) - O saldo nos Bancos, no fim do corrente ano, na ordem dos 2,6 M€ (dois milhões e seiscentos mil euros) passará em finais de 2008 para cerca de 800 mil euros. São menos 1,8M€ (um milhão e oitocentos mil euros). 2) – As dívidas a Fornecedores aumentam 1,1M€ (um milhão e cem mil euros).

Em relação à Valimar Comurb, é conhecida a nossa posição quanto à inclusão do Município de Esposende naquela comunidade.

Sabendo-se que a apresentação de candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) obriga a que os municípios de uma NUT 3 estejam sob a mesma associação, sabendo-se que os Municípios do Alto Minho estão a trabalhar no sentido de formar uma única associação dos 10 Municípios do Distrito de Viana do Castelo, presumindo-se que o

Senhor Presidente da Câmara deve ser conhecedor de outros pormenores, gostaríamos de saber o que pensa sobre este assunto o Município de Esposende: Continuaremos na Valimar, juntar-nos-emos aos municípios do distrito de Viana do Castelo, ou mudaremos de comunidade? Poderemos saber, qual é a sua estratégia, Senhor Presidente?

Em relação às RECEITAS para 2008, apraz-nos registar um aumento de 5% das Transferências do Estado para o Município de Esposende, o que equivale a mais 309 mil euros.

Pela negativa, a pressuposição do aumento da Receita Corrente, assente numa subida nos Impostos directos (IMI, IMT, Imp. Circulação) e nos Impostos Indirectos. (Loteamento, Publicidade, Taxa ocupação urbanística).

Quanto a DESPESAS, o Orçamento 2008 assinala uma subida de 10% nas Despesas com Pessoal, assente num crescimento de custos com o Pessoal dos Quadros, e não como o Executivo diz, baseado na contratação de docentes para o Programa de Enriquecimento Curricular. As despesas com este Programa, são iguais às do Orçamento do ano anterior, e são suportadas a 100% pela Administração Central.

Continuamos a lamentar o recurso à figura “Outros”, que na “aquisição de bens e serviços correntes”, representam cerca de 23%.”

Posteriormente interveio Orlando Capitão, cuja intervenção vai de seguida ser transcrita:

“Sobre os documentos previsionais para 2008 desejo pôr algumas questões e pedir ao senhor Presidente da Câmara alguns esclarecimentos.

Assim, 1.º - No tocante à Administração Geral:

a) Consta mais uma vez a continuação da negociação com o Ministério da Defesa para a cedência da Estação Radionaval de Apúlia e do Forte de S. João Baptista.

Pergunto:

Há já algum progresso nestas negociações? As negociações têm decorrido, insistindo na necessidade de dar a estes imóveis uma utilização de manifesto interesse municipal, regional e até nacional? O fim a que se pretende destiná-los pode ter um peso decisivo nas negociações.

b) Reconheço que seria de enorme interesse disponibilizar aos munícipes a informação existente no Sistema de Informação Geográfica, mas, em meu entender, esse sistema terá muito maior utilidade se dele constarem todos os dados sobre a utilização dos solos a vários níveis, designadamente urbanísticos.

c) Prevê-se a recuperação do edifício da sede da Junta de Freguesia de Esposende. Mas, curiosamente, mais adiante, ao referir as transferências entre administrações, é expresso o apoio na execução de obras de recuperação de edifícios de sedes de algumas Junta de Freguesia, voltando a referir-se, também aí, o edifício da Junta de Esposende.

Em que ficamos? A Câmara vai recuperar este edifício ou vai apenas apoiar a sua recuperação?

No que respeita à Acção Social, constam:

a) a construção do Centro Social de Palmeira de Faro e do Centro Social de Antas;

b) o apoio à construção do Centro Social de Fonte Boa; e

c) o apoio à construção do Centro de Dia de Gemeses.

Pergunto:

Qual a razão deste tratamento diverso?

Nos casos da alínea a) – Centros Sociais de Palmeira de Faro e Antas, a Câmara propõe-se construir. No caso das alíneas b) – Centro Social de Fonteboa - e c) - Centro de Dia de Gemeses, a Câmara propõe-se apenas apoiar.

Sobre o ordenamento do território, considero de vital importância para o desenvolvimento do território municipal a conclusão da famigerada Revisão do Plano Director Municipal, a elaboração e aprovação de Planos de urbanização, de pormenor e de desenvolvimento urbanístico e espero que um adequado arranjo urbanístico do Largo Dr. Fonseca Lima, perfeitamente enquadrado na ambiência do local, venha a ser, muito em breve, uma realidade. Relativamente à Cultura, deixo apenas um pedido de esclarecimento:

Quando se alude à construção de Fórum Municipal Rodrigues Sampaio e se diz que a obra está a concurso, pressupõe-se que já existe um projecto de construção e um local para a implantar. Poderá saber-se que projecto é esse e onde vai localizar-se a construção?

No tocante ao Desporto, Recreio e Lazer, estranho não se fazer qualquer referência ao complexo desportivo de Mar.

É realmente estranho que a Câmara Municipal não mencione aqui esta obra, depois de ter gasto uma avultada quantia na aquisição do terreno. É verdade que o cedeu ao Centro Social da Juventude de Mar, mas toda a gente sabe que essa Instituição não tem capacidade financeira para uma obra dessa envergadura e dificilmente conseguirá fundos que lhe permitam avançar, se o Município não lhe der uma substancial ajuda. Não acredito que se tenha gasto tanto dinheiro num terreno para criar mato.... Porque mato já lá havia.”

Intervieio seguidamente Manuel Carvoeiro cuja intervenção vai de seguida ser transcrita:

“Sr. Presidente, afinal a abstenção da oposição no Executivo Municipal parece que se deveu à falta de tempo para estudar os documentos, não ao mérito dos documentos em causa. É grave que se votem documentos desta importância sem os ler, nem os estudar. Quem o fez esteve mal e não demonstrou, no plano político, sentido de responsabilidade.

Mais uma vez, e com um comportamento marcadamente teimoso, o Executivo Municipal, de maioria PSD, não respeitou o direito da oposição legalmente consagrado. De facto, no processo atinente à elaboração dos documentos previsionais ora em debate nesta Assembleia, os Partidos da oposição não foram chamados. Face a tal atitude, volto a afirmar que a Câmara padece de autismo político, maleita objectivamente empobrecedora do necessário convívio democrático. Por que não cumpre a Câmara Municipal, nesta matéria, o estatuto da oposição, auscultando, no tempo legalmente previsto, os Partidos com assento nesta Assembleia?

Posto este repetido lamento, importa, agora, sobre os documentos previsionais, dizer que o despesismo constitui a sua marca distintiva. Mais uma vez se verifica que os “estudos, planos, projectos, pareceres e outros” aparecem com uma compleição bem nutrida, porquanto com empoladas dotações. Temos a dotação global das despesas correntes a suplantam a da despesa de capital. Para nós, este indicador não é positivo, porquanto demonstra que o Executivo Municipal não está disposto a prosseguir uma linha de contenção e rigor nas despesas, desde logo, em muitas rubricas relativas às despesas correntes, onde é possível fazer poupança.

Numa análise mais focada, importa dizer que não compreendemos a redução, comparativamente a 2007, em cerca de dez mil euros no apoio à Escola de Música! Também, não compreendemos a magríssima dotação, no âmbito do Apoio Social Escolar, para material de educação, cultura e recreio. Nesta rubrica mantém-se a dotação do ano transacto (nove mil

euros), o que não deixa de ser estranho, num tempo em que há mais dificuldades das famílias no plano económico-financeiro, derivadas das graves situações sociais (desemprego, aumento do custo de vida) que marcam os dias que passam neste nosso país. Fica, assim, claro, que a adopção de políticas de discriminação positiva no apoio às crianças e jovens deste concelho, constitui uma miragem nestes documentos previsionais. Hoje sabemos a importância, no plano da formação pessoal, da frequência continuada de actividades de complemento curricular, tais como a dança (Ballet), a aprendizagem da música, a frequência de escolas de futebol, artes marciais, natação, aprendizagem de línguas estrangeiras, etc. No entanto, apenas podem aceder às mesmas os filhos dos homens e mulheres com possibilidades financeiras. Os outros meninos e jovens, os filhos dos homens lançados nos caminhos das dificuldades da vida, limitam-se, apenas, a ouvir falar de tais actividades. Esta é uma realidade que torna visível um quadro triste e cada vez mais presente de muitas, muitas crianças. Perante estas situações, a Câmara Municipal de Esposende pouco ou nada faz, o que, aqui e agora, no contexto deste debate sobre os documentos previsionais, se lamenta profundamente. A Escola de Música, as piscinas e outras infra-estruturas construídas, e bem, com dinheiros públicos, não podem ser fruídas só pelas crianças e jovens provenientes das elites sociais. A Câmara Municipal tem aqui uma responsabilidade social que, de forma clara, deve assumir. Deve, pela via da atribuição de bolsas de estudo, garantir a frequência e todo o apoio a crianças e jovens, sem possibilidades financeiras, que demonstrem vocação e vontade em frequentar as actividades de complemento curricular acima mencionadas.

Prosseguindo, não descortinamos os motivos que suportam a empolada dotação, na rubrica Educação, para “estudos, projectos, pareceres, outros trabalhos especializados, serviços e outros”, num total de sessenta e quatro mil euros. Por comparação com o montante destinado para a área da Acção Social que acabo de referir, esta dotação, em estudos e quejandos, é profundamente injusta.

Mais importa dizer, a partir da análise da estrutura do Plano, que a Câmara, desta vez, não é nada comedida ao enunciar as suas intencionalidades. Contudo, um olhar mais focado dos documentos permite constatar que, afinal, muitas vontades da Câmara não passam disso mesmo. Vejamos, em jeito de exemplo, a referência aos moinhos e azenhas de Abelheira: Afirmam a implementação do Plano de Valorização Turística dos Moinhos da Abelheira”. Certo. No entanto, não descortinamos a dotação de um cêntimo para esta acção. Assim, somos forçados a concluir da incoerência interna, inconsistência e falta de sustentabilidade destes documentos. Estamos perante meros discursos. Até, porque interessa saber: este Plano, para a Abelheira, consta do Plano Estratégico de Turismo para o Concelho? A Junta de Freguesia de Marinhas conhece tal projecto?

E no que concerne aos Centros Educativos, constam da estrutura do Plano, mas sem uma baliza temporal para a sua construção. Ora, esta situação torna-se preocupante, quando sabemos que o Sr. Presidente da Câmara garantiu, solenemente, que, no ano lectivo de 2009/2010, teríamos, pelo menos, o Centro Educativo de Fão em funcionamento. De resto, não terá muito mais tempo para o construir, a não ser que deseje eternizar o problema complicado da Escola das Pedreiras e da falta de condições na EBI do Ramalhão. O mesmo se diga quanto à intenção de construir o Centro de Artes e Espectáculos. Sobre esta infra-estrutura, também, não se vislumbra uma data, pelo menos para o seu início.

Estamos, pois, perante um conjunto de intenções que ficam sempre muito bem, no ano que antecede as eleições, mas nada de concreto ressalta dos documentos previsionais quanto à factualização de tais obras.

Concluindo, afirmamos que não se encontra uma rota certa e segura rumo ao progresso. Persistem as medidas desgarradas e sem um fio condutor. Por tudo isto, os documentos previsionais para 2008 não podem contar com o voto favorável da CDU.

Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal prestando os devidos esclarecimentos às questões entretanto formuladas pelos anteriores intervenientes.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2008.

Votaram contra sete deputados, e verificou-se uma abstenção, tendo o deputado José Maria Losa Esteves apresentado declaração de voto que vai ser transcrita:

“Considerando a escassez de investimento previsto para a freguesia de Marinhas e atendendo à falta de dotação que se verifica nos poucos projectos que constam das Grandes Opções do Plano, voto contra estas propostas de Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Actividades Municipal e Orçamento da Receita e da Despesa da Câmara Municipal para o ano de dois mil e oito.”

07 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo contudo verificado qualquer intervenção. -----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para que as deliberações tomadas produzam efeitos imediatos, pelo que, colocada a votação foi a mesma APROVADA POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

----- E nada mais havendo a tratar, sendo dezanove horas e trinta minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ESPOSENDE**

**ACTA
Nº 06/2007**

**SESSÃO ORDINÁRIA
20 de Dezembro de 2007**